

Bresser tenta na terça convencer os credores

José Coury Neto

Consciente de que os bancos credores internacionais "não estão preparados para entender a mudança indicada pelo mercado na negociação da dívida dos países em desenvolvimento", o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, iniciará informalmente, na próxima terça-feira, em Washington, a negociação da dívida brasileira, durante encontro que manterá com o secretário do Tesouro dos EUA, James Baker III.

O Brasil será o primeiro País endividado a propor aos bancos credores o reconhecimento do deságio (desconto) dos títulos de parte da dívida para, desta forma, pagar os juros apenas sobre esta parte. O principal obstáculo, entretanto, reconhecido pelos banqueiros internacionais, está no fato de que em nenhum momento, o ministro Bresser Pereira faz menção em sua proposta de ida ao FMI ou do pagamento de US\$ 400 milhões, como estavam pedindo os credores.

No discurso que proferiu na última sexta-feira, em Viena, durante o III Congregational Summit, Bresser, ressaltou que o valor de mercado da dívida do Terceiro Mundo tem declinado de modo "persistente". Ele tentará demonstrar aos credores que se o valor de mercado da dívida corresponde a 50% do seu valor nominal, a solução de mercado para o problema seria dar um seguro para a dívida de acordo com o seu valor de mercado.

Proposta

É exatamente dentro desta teoria que o ministro insistirá na substituição de metade da dívida brasileira de US\$ 64 bilhões junto aos bancos internacionais por novos títulos que já sofreriam um desconto de 30% no momento de

emissão. Os outros US\$ 32 bilhões seriam refinanciados de forma convencional, com alongamento dos prazos e taxas de juros de mercado.

Sobre a metade da dívida trocada por novos títulos, o Brasil pretende pagar taxas de juros fixas a serem discutidas com os bancos credores. O Governo brasileiro também proporá o pagamento de juros complementares sobre os novos títulos que poderão compensar os bancos, a longo prazo, pelo deságio de até 30% a ser absorvido pelo Brasil. "Se a dívida for reestruturada dessa maneira, em conformidade com a capacidade de pagamento dos países devedores, as repetidas e infundáveis negociações para a obtenção de dinheiro novo ou para o reescalonamento de principal não mais serão necessárias", destaca Bresser.

Para a parte da dívida a ser negociada de maneira convencional (US\$ 32 bilhões), o Governo brasileiro irá insistir no refinanciamento de US\$ 7,2 bilhões (dinheiro novo) em 1987/88 e no polêmico **spread** (taxa de risco cobrada pelos bancos internacionais) zero. Após esse acordo com os bancos, o Brasil poderá, segundo o ministro, ir ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para obter um novo financiamento na faixa de US\$ 1 bilhão, que seria utilizado para recompor reservas cambiais, se os bancos concordarem com a concessão de dinheiro novo.

Vantagens

Dentre as vantagens desta nova proposta de negociação da dívida externa, Bresser ressaltou que os países endividados passariam a dispor dos recursos necessários para investir e crescer, além de estimular investimentos (internos e externos) a partir da eliminação das ameaças periódicas de moratória. Segundo o ministro, um

seguro sobre a dívida traria também um efeito estabilizador para o sistema bancário, evitando quedas adicionais, tanto do valor da dívida quanto das ações dos bancos nas bolsas de valores.

Outra vantagem mencionada por Bresser é a de que os países credores também ganhariam com a possibilidade de poder expandir suas exportações para mercados que já provaram ser dinâmicos no passado. "Não existe outra possibilidade para incrementar o comércio dos países em desenvolvimento senão mediante uma solução para o problema da dívida", complementa.

Para o ministro, o modo "convencional" de tratar a dívida externa, usado atualmente, não é a melhor forma para os países do Terceiro Mundo. Acrescenta que a solução definitiva é "heróica", visando criar condições para que os países devedores se apropriem de um pedaço do desconto que o credor está obtendo, de cerca de 30% com a dívida brasileira, por exemplo.

FMI

Quanto à ida do Brasil ao FMI, Bresser Pereira acredita que um aval da instituição, daria condições para o Brasil conseguir financiamentos do governo japonês e das agências oficiais (**eximbanks**) no âmbito do Clube de Paris. Ele admite também que, para evitar que o Brasil seja reclassificado como devedor duvidoso (**value impaired**) em 20 de outubro (pelo não pagamento dos juros da dívida), duas coisas poderão acontecer.

Ou o Brasil faz um pagamento simbólico, apesar da moratória, que cubra uma parte dos juros suspensos ou o Governo brasileiro e bancos privados estejam em processo de negociação.